

CAMINHOS E DESAFIOS DA AVALIAÇÃO PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Iranilde Oliveira de Farias ¹
Jonathas Oliveira Bragas ²
Amaya de Oliveira Santos ³

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo identificar os instrumentos avaliativos utilizados para estimular o desenvolvimento atual do aluno com deficiência, permitindo a elaboração de estratégias de ensino próprias e adequadas a cada aluno em particular, em uma Escola Municipal de Jurema - PI na turma de 3º ano do Ensino Fundamental. Para o alcance dos objetivos foi necessário realizar uma pesquisa in loco, envolvendo professor e coordenador pedagógico, tendo como foco a avaliação aplicada com alunos especiais, considerando as dificuldades dos alunos durante todo o processo ensino/aprendizagem. Além disso, utilizou-se de aporte teórico fundamentado em autores que abordam essa temática, no intuito de melhor compreender esse estudo. Percebe-se que a escola e equipe pedagógica estão caminhando no caminho certo em relação à avaliação utilizada na turma observada, pois realizem um trabalho focado no aluno e no seu desenvolvimento integral no decorrer do processo de ensino.

Palavras-chave: Deficiência; avaliação; processo de ensino aprendizagem; educação especial.

INTRODUÇÃO

A avaliação da aprendizagem é tema que vem gerando debates em todas as práticas educativas inclusive, na perspectiva inclusiva que requer uma avaliação dos alunos de forma mais singular, visto que é considerado elemento fundamental para subsidiar a aprendizagem e acompanhar o processo de escolarização desses alunos em classes comuns.

O presente estudo objetiva identificar os instrumentos avaliativos utilizados para estimular o desenvolvimento atual do aluno com deficiência, permitindo a elaboração de estratégias de ensino próprias e adequadas a cada aluno em particular. Especificamente, o presente estudo objetiva analisar e discutir as concepções teóricas sobre deficiência intelectual que fundamentam a prática educativa dos professores que trabalham com alunos com deficiência intelectual; Discutir os principais aspectos relacionados à prática educativa apontados pelos professores no que se refere à avaliação dos alunos com deficiência intelectual;

¹ Especialista em LIBRAS – Faculdade Afonso Mafrense, iranildeoliveira618@gmail.com;

² Especialista em Ensino de Matemática - IFPI, jonathas2011@hotmail.com;

³ Mestre em Ciências da Educação, UTIC, amayaoliveira@ifpi.edu.br;

Identificar e analisar os tipos de instrumentos que os professores utilizam para avaliar o aluno com deficiência intelectual.

Sabe-se que nem todas as escolas são adaptadas para receber alunos especiais, assim, torna-se urgente o desenvolvimento de pesquisas e estudos que nos tragam informações sobre os diversos aspectos que norteiam o trabalho do professor ao avaliar o aluno com deficiência. Por esta razão, é importante que a avaliação esteja a serviço da aprendizagem, da sua formação, promoção e cidadania do aluno. Para tanto, é necessário um esforço coletivo.

Assim, discutir sobre avaliação evidencia a necessidade de reflexão sobre formas alternativas de avaliar e conhecer o aluno, principalmente quando se refere ao aluno com deficiência.

Nesse sentido, foi necessário investigar in loco como acontece a avaliação pedagógica em uma escola da rede municipal de Jurema-PI confrontando a realidade da escola com as bases teórico-metodológicas e aporte teórico que fundamentam a prática pedagógica de professores que trabalham com alunos com deficiência; qual a sua rotina educativa na sala de aula acerca da avaliação; quais os tipos de instrumentos e procedimentos que os professores utilizam para avaliar esses alunos.

Espera-se identificar as principais dificuldades dos professores e apontar soluções para que a avaliação seja aplicada de forma autêntica e considerando a singularidade de cada educando.

METODOLOGIA

Buscando alcançar os objetivos propostos pela pesquisa, a opção metodológica adotada para o seu desenvolvimento foi a abordagem qualitativa. Nessa perspectiva André (1995) considera como um novo paradigma de pesquisa em que não estão envolvidas manipulações de variáveis e nem tratamento experimental: implica um estudo dos fenômenos em seu acontecer natural.

A investigação da pesquisa ocorreu por meio de entrevista com a professora da turma investigada e também com a coordenação pedagógica da referida escola. A observação participante em sala de aula, associada à escrita de notas de campo para compreender a prática educativa da professora de alunos com deficiência no tocante à avaliação.

A produção de notas de campo permite registrar e descrever os acontecimentos vividos; favorecem também a produção de idéias e reflexões pelo pesquisador no decorrer do trabalho. (BOGDAN e BIKLEN, 1994)

A entrevista na pesquisa qualitativa é um momento privilegiado que abrange os agentes da pesquisa, favorecendo a reflexão e o diálogo, assim como o conhecimento da realidade pesquisada e a interação social entre os envolvidos. Por isso, foi áudio- registrada com autorização prévia.

A pesquisa foi desenvolvida em uma Escola da Rede Municipal de Ensino localizada na zona urbana da cidade de Jurema/PI em uma sala do 3º ano de Ensino Fundamental, mais precisamente na Unidade Escolar Elisabete Negreiros Soares onde a professora atende 2 alunos com necessidades especiais.

DESENVOLVIMENTO

Analisando a história da inclusão podemos afirmar que o Brasil importou modelos estrangeiros da educação inclusiva e começou também a dar ênfase a esta modalidade democrática.

Segundo Carvalho (2001) desde o ano de 1950, foi criado em São Paulo uma sala experimental para deficientes visuais, a partir daí foi desenvolvido no Brasil políticas públicas para inclusão e modificação da estrutura física das escolas e das cidades, o Ministério da Educação e da Cultura investiu na formação de docentes voltado para a educação inclusiva, nas campanhas de conscientização popular, nas adaptações de prédios e moveis das escolas e outras.

De acordo com estudiosos da educação inclusiva: (KIRK e GALLAGHER (1979) existiram quatro fases significativas, que ambos consideram fases evolutivas da educação especial; a primeira destaca o tempo da ideologia pré-cristã, onde os deficientes físicos eram abandonados, perseguidos e até mortos de acordo com a cultura local.

A segunda aconteceu no século XVIII e metade do século XIX e as pessoas que apresentavam deficiência eram separadas e isoladas em compartimentos residenciais e permaneciam nesses locais até a morte.

A terceira fase marca o final do século XIX e metade do século XX onde começa a desenvolver nas escolas as classes especiais em que oferecia uma educação específica para deficientes, com necessidades educacionais e sociais, já era desenvolvido sem planejamento o que mais tarde seria chamado de AEE (Atendimento educacional especializado).

No final do século XX, na quarta fase nota-se o índice de integração de indivíduos com deficiência em escolas comuns, o início da articulação entre educação especial e educação comum.

Diante dessas informações percebemos a evolução da educação especial e inclusiva; em épocas remotas o portador de qualquer necessidade especial era um excluído da sociedade e até mesmo as famílias escondiam seus familiares nessa situação, com o passar do tempo a educação especial brasileira que era realizada separadamente do ensino regular está conseguindo incluir os deficientes não só no ensino regular, mas em todos os segmentos sociais, dando a ele a autonomia e liberdade para viver.

É importante ressaltar que a inclusão não se restringe a presença física, mas a participação integral do indivíduo no planejamento e nas ações sociais, políticas e escolares; dessa forma a inclusão torna-se significativa, pois os direitos estão sendo usados da mesma forma que os deveres.

As escolas comuns, com uma orientação integradora, representam o meio mais eficaz de combater atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras, construir uma sociedade integrada e dar educação para todos (SASSAKI, 2004).

Através de incentivo das escolas e universidades vários programas e planos de ação foram desenvolvidos com o objetivo de melhorar a vida de pessoas com algum tipo de deficiência, mas ainda existem inúmeros fatores que atrapalham a inclusão, destaca-se o problema da acessibilidade.

No Brasil a política social voltada às pessoas com deficiência é assegurada pela Constituição de 1988, em vista às mudanças que estão transformando as representações sociais em torno da pessoa com deficiência, evidenciando a capacidade desses sujeitos, desde que lhes sejam oferecidas oportunidades.

A partir do momento em que alguém é identificado (ou diagnosticado) como desviante ou anormal, todas as suas outras características ou atributos são submetidos, e ele passa a ser visto unicamente em termos de categoria estigmatizante [...] Ele [...] é citado como um negro, um idióta, um deficiente mental, e não como uma pessoa que entre outras características, é da raça negra, é portadora do HIV, ou tem dificuldade cognitiva. (GLAT, 1996, p.17)

A inclusão da pessoa com deficiência e necessidades educacionais não é uma realidade vivida ainda em muitas escolas e na sociedade, porém a legislação que fundamenta a educação especial e a inclusão é completa no Brasil, mas na maioria das vezes, sua efetivação não é garantida.

A Constituição Federal (1988) em seu Art.6º, descreve a educação como direito social a todo brasileiro e no Art.206, I - Garante igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e o Art.208, III - Garante o atendimento educacional especializado (AEE) as pessoas

com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, no inciso IV - Atendimento em creches e pré-escolas as crianças de 0 a 6 anos de idade.

O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990) também garante os direitos constitucionais da criança e do adolescente no seu Art.5º, no Art.53 - Inciso I,II e III assegura igualdade de condições, acesso e permanência na escola pública e gratuita, próxima á sua residência e no Art.54, relata o direito do atendimento educacional especializado.

O impacto da política de inclusão e, conseqüentemente, o aumento do número de crianças deficientes, em salas comuns do ensino regular, lança novos desafios para as instituições, os professores e à sociedade, os quais têm o dever de proteger e garantir o acesso e permanência desses alunos na escola não apenas como estudantes matriculados, mas como sujeitos que buscam o saber e que têm os mesmos direitos de recebê-los dentro das salas de aula comuns.

Embora os propósitos educacionais básicos para todos os alunos sejam os mesmos, os objetivos específicos da aprendizagem curricular podem precisar ser individualizados para serem adequados às necessidades, às habilidades, aos interesses e às competências individuais de cada educando. Dessa forma, o professor precisa estar atento às suas atividades, interagindo com todos os seus alunos, valorizando suas potencialidades de modo que a inclusão seja realmente concretizada.

Segundo Mantoan (1988), a avaliação constitui um entrave à implementação da inclusão escolar, pois muitos professores apresentam dificuldades em avaliar os alunos com necessidades especiais, já que a ideia de avaliação está relacionada com a medição de competências e habilidades do estudante no decorrer do processo educativo.

Cabe destacar que a inclusão vai além do acesso e permanência na escola, mas sim desenvolver o potencial dessas pessoas, respeitando suas diferenças e atendendo às suas necessidades. Nessa perspectiva, é preciso reconhecer o importante papel do professor na aprendizagem escolar da criança com deficiência, possibilitando a criação ou adaptação de espaços inclusivos, já que não é o aluno com deficiência que se adapta à escola, mas é ela que, consciente de suas funções, coloca-se à disposição do aluno, tornando-se um espaço de aprendizagem inclusivo.

De acordo com Hoffmann (2005, p. 21), “os processos avaliativos devem acontecer em todos os momentos do cotidiano escolar em sala de aula”. Não precisa ser especialista para compreender a afirmação da autora, e, esse é sem dúvida, um dos melhores caminhos a se percorrer quando se trata de avaliação pedagógica de alunos com necessidades especiais ou mesmo para alunos ditos normais.

Ao considerar a avaliação como requisito para a classificação do aluno, infelizmente, estaremos negando o direito do aluno deficiente de avançar, pois estes possuem inúmeras limitações que o diferem dos demais alunos. Dessa forma, seria viável produzir meios avaliativos específicos para esse público que possui os mesmos direitos que os demais.

Segundo Estéban (2000):

Avaliar o aluno deixa de significar fazer um julgamento sobre a aprendizagem do aluno, para servir como momento capaz de revelar o que o aluno já sabe, os caminhos que percorreu para alcançar o conhecimento demonstrado, seu processo de produção de conhecimentos, o que é potencialmente revelado em seu processo, suas possibilidades de avanços e suas necessidades para que a superação, sempre transitória, do não saber, possa ocorrer. (ESTÉBAN, 2000, p 53)

Nessa proposta, o autor sugere que os avanços sejam considerados independente dos meios, pois muitas vezes o aluno deficiente atinge o objetivo, mas usando seu próprio jeito de fazer, sem se prender a regras e conceitos pré-estabelecidos. Por isso, é importante julgar o aluno por meio da avaliação, mas pelo seu êxito no decorrer do processo de ensino.

Expressar o resultado da aprendizagem pela classificação do educando, segundo Luckesi (2002), promove a verificação e não a avaliação da aprendizagem, aprovando-o ou reprovando-o, o que não contribui para a melhoria do ensino. Enquanto que Esteban (2000, p.8) nos revela que “o processo de avaliação de resultados escolares dos alunos e alunas está profundamente marcado pela necessidade de criação de uma nova cultura sobre avaliação, que ultrapasse limites da técnica e incorpore, em sua dinâmica, a dimensão ética”.

Portanto, é necessário estar sempre busca de novas alternativas que substitua o atual modelo predominante nas escolas por um modelo inclusivo, constituindo-se, assim, em uma avaliação mais formativa e conseqüentemente, menos classificatória.

Luckesi (2002, p. 4-6) afirma que “avaliar significa subsidiar a construção do melhor resultado possível e não pura e simplesmente aprovar ou reprovar alguma coisa”. Por essa razão, a avaliação não deve ser realizada apenas no final de um determinado período ou após a conclusão de um tema estudado ou conteúdo ministrado, ou simplesmente para atribuir uma nota ou conceito. A avaliação é muito mais importante que uma nota.

Observa-se assim que a avaliação é um processo contínuo e não estável. Sendo assim, é conveniente salientar que mais importante que a nota são os avanços dos alunos durante o percurso educativo.

Sobre a avaliação formativa, Dalben (1999) acrescenta que é um:

Novo conceito de avaliação e defende uma nova concepção de trabalho pedagógico, alterando a perspectiva transmissiva de processo de ensino. Proclama uma interação

permanente: professor x aluno x conhecimento e, neste contexto, o sentido da avaliação direciona-se para um processo de investigação contínua e dinâmica da relação pedagógica como um todo. (DALBEN, 1999, p. 78)

Sendo assim, é importante mencionar que os instrumentos avaliativos devem ser adequados aos objetivos e finalidades do ensino e da avaliação e sempre devem ser elaborados pensando no aluno e em sua evolução, pois avaliar implica em refletir sobre as dificuldades dos alunos, apontando caminhos para superação das mesmas. A respeito disso, segundo Demo (2005, p.5), “o único sentido da avaliação é cuidar da aprendizagem”.

Considerando que a educação é uma aprendizagem que leva à integração social ou ao ajustamento social (MAIA, 1998), é claramente perceptível que tal objetivo não é atingido, se nos restringirmos a proporcionar o acúmulo de informações e conhecimentos tirados dos livros, pois qualquer um que saiba ler pode conseguir.

Por esta razão, é fundamental que pais, gestores e professores em um esforço coletivo direcionem os caminhos que a avaliação educacional deve seguir para alcançar efetivamente o processo de escolarização do aluno com deficiência da forma como o aluno realmente necessita, sem julgamentos e que aproveite os avanços de cada aluno em sua totalidade e não apenas em relação aos conteúdos repassados em sala de aula.

Para concluir cabe mencionar o pensamento de Perrenoud (1999, p.09) o qual diz que é “[...]formativa toda avaliação que auxilia o aluno a aprender e a se desenvolver, ou seja, que colabora para a regulação das aprendizagens e do desenvolvimento no sentido de projeto educativo”.

Assim, se a ideia do professor é emancipar o sujeito, tornando-o autônomo diante de situações de seu cotidiano, então, a avaliação adotada deve ser a formativa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo de campo foi efetivado em uma escola da rede pública municipal da cidade de Jurema Piauí, na Unidade Escolar Elisabete Negreiros Soares na turma de 3º ano do Ensino Fundamental menor a qual conta com 2 alunos com necessidades especiais matriculados.

A escola situada na sede do município, atende alunos desde a Educação Infantil até o 9º ano do Ensino Fundamental. Trata-se de uma escola de pequeno porte, pois possui apenas uma turma de cada série e com uma quantidade de alunos por turma que não ultrapassa 25 alunos.

O quadro docente é todo habilitado e todos pertencem ao quadro efetivo da rede municipal. As famílias dos alunos moram nas proximidades da escola e isso seria um fator positivo que colaboraria para o bom desempenho dos alunos, mas não é o que acontece. Muitos pais só aparecem na escola em período de matrícula ou quando há baixo rendimento dos filhos nas avaliações. Fator este, bastante preocupante.

Sabendo-se que o processo de ensino aprendizagem é interativo e que requer maior planejamento e que envolva outros sujeitos no processo avaliativo, a professora da turma garante que em relação à avaliação desses alunos especiais ela usa de diferentes artefatos para garantir sua participação e interação no contexto escolar. Já para os demais alunos, o que predomina é a avaliação somativa, exigida pela escola. Mas os aspectos qualitativos também são considerados nesse processo avaliativo.

Segundo a professora, os alunos com necessidades especiais não podem ser avaliados da mesma forma que os demais alunos, pois se trata de alunos com características bem distintas, por isso, ela observa o comportamento dos mesmos durante as aulas, seus avanços em relação à interação com os colegas e também seu desempenho ao participar de aulas práticas como pinturas, colagens e socialização durante as atividades lúdicas, por exemplo.

O que dá sentido à avaliação é usá-la para decidir o que deve ser mantido e o que precisa ser reformulado. E também para constatar se houve ou não avanços em relação ao que se ensinou e o que se aprendeu durante as aulas. Em se tratando de avaliação para alunos com necessidades especiais, o professor precisa estar mais atento, pois muitas vezes o aluno não será capaz de dominar todos os objetivos traçados para aquela série, mas que muitas vezes apresentara avanços no tocante à integração social, por exemplo, e isso pode ser considerado no ato de avaliar. A socialização professor-aluno e aluno-aluno também é outro fator a ser considerado.

No entanto, cabe mencionar que a professora deixou bem claro que mesmo o aluno não sendo avaliado exclusivamente por meio de prova escrita (foco nos conteúdos), ela não o exclui de realizar essa avaliação, pois a mesma teme que ao agir de tal modo, poderá estar colaborando para que o aluno se sinta excluído do processo avaliativo.

A escola não oferece outro modelo ou critério de avaliação para esses alunos, por isso, eu costumo avaliar da seguinte forma: avalio de acordo com as produções realizadas em sala de aula e apesar das dificuldades eles conseguem se desenvolver. Isso é visível principalmente em atividades motoras como aulas de recorde e colagem, brincadeiras, jogos etc. As dificuldades são mais em relação à leitura, porque até na escrita eles conseguem transcreever. O que falta é um acompanhamento maior em casa ou mesmo um professor assistente que pudesse auxiliá-los durante as aulas. (Professora)

É louvável a atitude da professora em buscar meios diferenciados para avaliar os alunos especiais levando-os a conquistarem sua autonomia e buscando identificar dificuldades da turma, de cada aluno em particular e de si mesmo.

Ao avaliar dessa forma, a professora está seguindo as orientações de Hoffmann (2005, p. 21), quando afirma que “os processos avaliativos devem acontecer em todos os momentos do cotidiano escolar em sala de aula”.

Observa-se que ao refletir a respeito dessas dificuldades e propor situações de aprendizagem para que elas sejam superadas a professora está segundo Demo (2005), “cuidando da aprendizagem”. Esse “cuidar” precisa estar vivo e evidente na sala de aula para que a aprendizagem aconteça em todos os aspectos.

A escola deve buscar uma avaliação que considere as produções realizadas pelos alunos, considerando suas potencialidades, habilidades e necessidades, pois de acordo com Estéban (2000) o ato de “avaliar revela o que o aluno já sabe, os caminhos que percorreu para alcançar o conhecimento demonstrado, seu processo de produção de conhecimentos”, e não apenas uma nota ou conceito.

Segundo a coordenação pedagógica da escola, o professor deve sempre que possível, tecer comentários sobre atividades que deram bons resultados e sobre outras menos produtivas, de modo a conduzir o aluno a uma reflexão sobre seu desempenho, avaliando e reconhecendo avanços e fracassos, a fim de melhorá-los em outras oportunidades.

Esses alunos são especiais em todos os sentidos. Por isso, o professor deve ter uma preocupação e atenção maior em relação à sua aprendizagem, modo de ensinar e avaliar esses alunos, pois todo avanço que eles alcançarem deve ser considerado. Temos que ter cuidado com os comentários que fazemos em relação a eles, pois se trata de crianças muito sensíveis. (coordenador pedagógico)

Assim, a avaliação precisa estar a serviço da aprendizagem do aluno, sobretudo do aluno com deficiência, no intuito de conduzir, avaliar e superar as dificuldades encontradas no cotidiano escolar ou fora dele.

A coordenação pedagógica afirma ainda que geralmente os professores avaliam os alunos especiais desconsiderando suas necessidades, mas não é o que acontece na Turma do 3º ano, pois a professora está sempre focando na aprendizagem e no desenvolvimento do aluno como um todo e não apenas numa área específica, e valorizando os avanços cotidianos a fim de melhorar o processo de ensino-aprendizagem.

Observa-se que a professora da turma trabalha a avaliação de uma forma diferenciada e focada no processo desenvolvimento de habilidades dos alunos e essa atitude é louvável quando se

trata de educação inclusiva. A avaliação formativa, é, portanto, a mais adequada para acompanhar o desenvolvimento dos alunos no cotidiano das aulas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao refletir sobre o processo de avaliação na Unidade Escolar Elisabete Negreiros Soares com alunos especiais, constatou-se que a professora da referida turma e escola têm a preocupação em diversificar o modo de avaliar essas crianças, pois acredita que os avanços adquiridos no decorrer do processo são tão importantes quanto os conhecimentos assimilados durante as aulas, fazendo com que se dê respostas aos interesses e dificuldades de cada aluno.

Cabe destacar também que as peculiaridades dos alunos não impedem a professora de trabalhar a mesma avaliação com esses alunos, o que difere, no entanto, é a identificação e análise dos avanços de cada aluno especial, pois para esses alunos a professora busca adotar outros critérios além da prova escrita.

É importante destacar que apenas a avaliação é diferenciada, mas os conteúdos e conhecimentos repassados são os mesmos para toda a turma, independente da necessidade apresentada, o professor deve apenas adaptar suas aulas ao aluno, promovendo condições de acessibilidade em todas as áreas, motivando e mediando o processo de ensino e aprendizagem.

Sobre a avaliação, percebeu-se que na referida escola a mesma é vista como um processo contínuo e flexível, pois é adaptada às singularidades dos educandos, possibilitando a identificação das dificuldades e também dos avanços.

A avaliação escolar do ponto de vista pedagógico precisa ser inclusiva, convidativa a reinvestir no processo de ensino para se chegar aos resultados, pois a aprendizagem se dá nas relações, no convívio, na experimentação. Nesse sentido, a elaboração de provas e testes para o aluno com deficiência não deve partir da necessidade da sala de aula, mas, sim, da necessidade do aluno com deficiência.

Além disso, o ambiente escolar deve estimular a cognição e as estratégias de ensino e de avaliação deve-se adequar ao aluno, valorizando o seu desenvolvimento e desempenho escolar. Agindo assim, acredita-se que a inclusão desses alunos em salas comuns do ensino regular favorece o processo de construção do seu conhecimento de forma global, fator que ficou evidenciado pela entrevista realizada com a professora da turma observada.

Percebe-se que a escola e equipe pedagógica estão caminhando no caminho certo em relação à avaliação utilizada na turma observada, pois realizem um trabalho focado no aluno e no seu desenvolvimento integral no decorrer do processo de ensino.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, M.E.D.A. **Etnografia da Prática Escolar**. Campinas: Papyrus, 1995.
- BOGDAN, C. R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.
- CARVALHO, Leila Regina. **Ergonomia e o trabalho do portador de necessidade motora especiais**, Florianópolis, SC. 2001.
- DALBEN, Â I. M. F. (org.) **Avaliação da implantação do projeto político pedagógico Escola Plural**. Belo Horizonte: GAME/FAE/UFMG, 1999.
- DEMO, P. **Universidade, aprendizagem e avaliação: horizontes reconstrutivos**. 2 ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.
- ESTEBAN, Maria Teresa. A avaliação no cotidiano escolar. In: ESTEBAN, M.T. (Org.) **Avaliação uma prática em busca de novos sentidos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- GLAT, Rosana, CÂNDIDA, Rute. **Sexualidade e deficiência mental: refletindo o debate sobre o tema**. Questões Atuais em Educação Especial. VOL. II, Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996.
- HOFFMANN, Jussara. **Avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré- escola à universidade**. Editora: Porto Alegre: Mediação, 2005.
- LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**, Cortez, 14 ed.10 – São Paulo, 2002.
- MAIA, N. A. **Introdução à educação moderna**. Rio de Janeiro: CEP, 1998.
- MANTOAN, M. T. E. **Compreendendo a deficiência mental: novos caminhos educacionais**. São Paulo: Editora Scipione, 1988.
- PERRENOUD, P. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens, entre duas lógicas**. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- SASSAKI, Romeu Kazumi. **Pessoas com deficiência e os desafios da inclusão**. Revista Nacional de Reabilitação. 2004.